

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.713 - SP (2019/0185228-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : GESSICA FORELL BEVILAQUA NUNES
EMBARGANTE : JOSE ANTONIO NUNES
EMBARGANTE : YORICK CAMILLO FORELL BEVILACQUA
EMBARGANTE : DIEGO FORELL BEVILACQUA
EMBARGANTE : ESTELA MARIS ANDRADE FORELL BEVILACQUA
EMBARGANTE : DEBORAH FORELL BEVILACQUA
EMBARGANTE : RAFFAEL DOMINIC FORELL BEVILACQUA
EMBARGANTE : MARIA IZABEL DA SILVA BEVILACQUA
EMBARGANTE : ROBERTO BEVILACQUA
ADVOGADOS : NELSON DE SOUZA PINTO NETO - SP280190
CARLOS HENRIQUE GALLUCCI E OUTRO(S) - SP271198
EMBARGADO : EVANI PAES BEVILACQUA
ADVOGADOS : BENO SUCHODOLSKI E OUTRO(S) - SP019815
MELLINA SILVA GALVANIN - SP258964
FABIANO NUNES FERRARI - SP172581

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por GESSICA FORELL BEVILAQUA NUNES e OUTROS à decisão desta relatoria que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial, ante a aplicação da Súmula 211/STJ e a ausência da demonstração da divergência jurisprudencial.

Nas razões dos presentes aclaratórios, os embargantes sustentam que, no tocante à aplicação do art. 557, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015, a decisão firmou entendimento em contradição com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Apontam, ainda, contradição no julgado no seguinte sentido:

"(...)

Tal conclusão mostra-se contra as provas dos autos.

Explica-se.

Conforme comprovado, o doador deixou, sim outros bens, conforme constou em ação anterior (fls. 240 - 244).

Isso porque, naquela outra ação todas as partes aqui relacionadas assim declararam:

(...)

Ou seja, nos autos há prova cabal de que os valores mencionados acima, de R\$ 74.779,04 (setenta e quatro mil setecentos e setenta e nove reais e quatro centavos), faziam parte do acervo patrimonial do 'de cujus', e todos os aqui envolvidos concordavam que tais recursos financeiros deveriam ser destinados apenas à viúva" (fls. 1.212/1.214, e-STJ).

Por fim, argumentam que a decisão carece de fundamentação, devendo ser

demonstrada a superação do entendimento do Superior Tribunal de Justiça ou a distinção entre os precedentes apontados no recurso e a decisão dos autos.

Impugnação às fls. 1.240/1.244 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Não prospera a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

Verifica-se desde logo que a decisão embargada não padece de nenhum dos vícios ensejadores dos embargos de declaração, enumerados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015: obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

A controvérsia foi devidamente solucionada com a utilização do direito cabível à hipótese, inexistindo contradição a ser sanada.

Eis, por oportuno, excerto do referido julgado:

"(...)

No tocante à alegação de que houve renúncia de eventual direito sobre o imóvel, verifica-se que tal questão não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e embora opostos embargos de declaração com a finalidade de sanar omissão porventura existente, a parte recorrente não indicou a contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nessa circunstância, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ: 'Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo'.

(...)

Cumprе ressaltar que a divergência jurisprudencial exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não restou evidenciado na espécie" (fls. 1.190/1.191, e-STJ).

Portanto, não atendidos os requisitos de admissibilidade do recurso especial, ante à ausência de prequestionamento e de demonstração da divergência jurisprudencial, não há falar em omissão quanto às teses de mérito.

A esse respeito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ARTIGO 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não pode ser conhecido o agravo em recurso especial que não infirma especificamente os fundamentos da decisão atacada, atraindo o disposto

Superior Tribunal de Justiça

no artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015.

3. Não tendo sido ultrapassado o requisito de admissibilidade do recurso, não há falar em omissão quanto às teses de mérito, ainda que se trate de matéria de ordem pública.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.426.503/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 18/09/2019, grifou-se).

Ademais, *"a contradição que autoriza a utilização dos aclaratórios é aquela interna ao próprio voto e não em relação a fatos externos, normas ou entendimentos proferidos em outras decisões"* (EDcl no HC 518.301/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 24/9/2019, DJe 4/10/2019).

Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração com a advertência de que, havendo reiteração de embargos protelatórios, a multa prevista no art. 1.026 do Código de Processo Civil de 2015 será aplicada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator